

XI CONGRESSO NACIONAL DOS AUDITORES FISCAIS DA
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Foz do Iguaçu, 19/10/08

Estimados colegas, delegados sindicais, observadores e associados que aqui compareceram para celebrar e prestigiar mais um CONAF:

Quero cumprimentá-los neste momento duplamente histórico para nós.

De um lado, pela passagem dos 200 anos da nossa Alfândega, tema emblemático deste CONAF.

De outro lado, diante da possibilidade iminente da fusão das entidades sindicais representativas dos colegas da ex-SRF e ex-SRP, como conseqüência do processo de unificação dos fiscos.

Neste momento, em meu nome e da nova equipe em formação, que se encontra no comando da SRFB, desejo manifestar o profundo agradecimento pelo convite, e o meu reconhecimento aos organizadores deste magnífico evento, pela oportunidade de me dirigir aos colegas representantes em todo o país.

Não apenas pelo Convite.

Mas, porque vocês vêm demonstrando ao longo do tempo, que compreenderam a importância de valorizar e legitimar socialmente a organização sindical. Única forma de fortalecer os sindicatos e o sindicalismo como um todo.

Isto porque, de fato, a livre organização sindical, conquista lavrada na Carta da Cidadania em 1988, não é somente a garantia básica de defesa e proteção do mundo do trabalho, ontem, hoje e sempre.

A livre organização sindical é, em verdade, um suporte fundamental para os regimes realmente democráticos!

Assim parablenizo a todos que dão continuidade à luta dos trabalhadores, que é uma luta sem fim, dando prosseguimento à tradição de integridade e credibilidade que marca a trajetória da Unafisco Sindical.

2

Meus queridos e queridas colegas:

1. Pressinto, no coração, que o grande desafio é tornar possível um futuro diferente.
2. A nova modelagem organizacional apresentada para a cúpula da RFB deu-se à luz da crítica das experiências vivenciadas anteriormente, algumas inspiradas no setor privado, de conhecidas conseqüências sobre os segmentos estatais. Desejei tornar mais nítida a linha de comando na organização, e evitar a centralização, absorvida, exclusivamente, nas mãos do titular da Casa.
3. Essas modificações estruturais no desenho da cúpula foram realizadas, noticiadas internamente e devem integrar o novo regimento que teremos.
4. Nesse sentido, devo registrar, que desejo contar com o Sindicato, para integrar o grupo de trabalho, que dará prosseguimento às alterações voltadas aos níveis sub-regionais, tanto do ponto de vista estratégico quanto operacional. A participação sindical, além de bem vinda, é absolutamente necessária, tanto para contribuir com o novo regimento, quanto na delimitação das atribuições.
5. Desnecessário lembrar a situação espinhosa que assumi, na esteira de um contencioso consumado, que atingia diretamente os ativos mais novos do ponto de vista funcional, assim como tive de enfrentar certo grau de desalento, decorrente do desfecho do movimento paredista, que não contemplou a agenda reivindicatória esperada, em virtude do impasse no tocante aos acordos celebrados.
6. Isso não me desanimou, nem desanima. Os obstáculos existem. O que temos de fazer é envidar esforços para superá-los.

Os desafios sempre estarão presentes. Nesse sentido, dentro do campo do possível, irei ao limite, com o apoio de todos vocês.

7. O projeto que temos pela frente pretende inaugurar uma noção de compreensão e de respeito à Federação Brasileira. Nesse sentido vamos valorizar a cooperação e integração possível do trabalho articulado com Estados e Municípios.

3

8. Os movimentos da Administração Tributária Federal não devem, nem podem ignorar, a interface com as demais administrações tributárias, no território nacional, e também, as existentes no MERCOSUL.

9. Não nos ilude a perspectiva de que, isoladamente, sem contar com os recursos adormecidos da real solidariedade federativa, estaremos ganhando eficácia, eficiência e efetividade.

10. A falta dessa cooperação com os estados e municípios implica perdas, porque o sistema tributário é nacional. Não avançar na cooperação, isso sim, seria perder de vista uma dimensão fundamental para aperfeiçoar o funcionamento da nossa máquina fiscal.

11. A nova configuração institucional prevê uma Coordenação de Cooperação e Integração Fiscal, cujo dimensionamento está em curso, com sugestões dos representantes de estados e municípios.

12. Estamos cientes de que o projeto conhecido como Super Receita criou expectativas de melhoria no atendimento, no combate aos ralos da arrecadação, no aproveitamento das sinergias positivas, como também, em relação a melhorar o grau de justiça fiscal. Estes são grandes desafios, para os quais aproveito a oportunidade de convidá-los a superar, conjuntamente.

13. Não ignoro que junto com a modernização acelerada das organizações anda o perigo das pressões impingidas sob o tacho de exigências de produtividade e pressão individual de desempenho.

14. A Organização Mundial da Saúde mostra um nível crescente de pressão no trabalho, com graves conseqüências sobre a vida física e mental dos trabalhadores, no setor privado e no estatal.

15. Tenho notícia da existência de uma Campanha contra o Assédio Moral inaugurada pelo Unafisco Sindical. Os bancários também empunham essa bandeira. Nenhum tipo de assédio será tolerado pela administração. A dignidade da pessoa humana não é apenas uma garantia individual esculpida na Carta Cidadã, mas um valor essencial da nossa Administração!

4

15. O projeto da fusão dos fiscos engendrou muita especulação, especialmente de sinalizar para a modelagem internacional das agências executivas, a longo prazo. Não existe essa possibilidade. Nem de Agência, nem de Autarquia.

16. Percebi os sinais de que muitas portas para a mobilidade vertical na carreira estavam fechadas, especialmente do ponto de vista da carreira administrativa. Vamos abrir essas portas, de maneira lenta mas irreversível.

17. Estamos dispostos a modificar o sistema de recrutamento e seleção dos administradores, inclusive introduzindo a noção do mandato, de modo a evitar o continuísmo burocrático.

18. O novo modelo será construído em conjunto, recuperando os cursos de formação de administradores tributários, as entrevistas e, caso as entidades representativas concordem como um todo, aproveitar, como um dos critérios, a legitimidade funcional entre os pares, a partir de pré-requisitos e perfil, claramente definidos, mediante lista tríplice.

19. A ESAF terá uma função essencial na configuração desse novo modelo, e estamos abertos para buscar outro paradigma, que não se esgote no critério da confiança pessoal e democratize a oportunidade para o surgimento dos novos dirigentes da Casa.

20. Os novos caminhos demandam que sejamos capazes de obter a máxima unidade. Ainda que haja divergência, não devemos ensejar o rompimento da solidariedade estrutural que precisamos encontrar para consumir, na forma e no conteúdo, a unificação dos fiscos.

21. Desse modo, entendo que devemos examinar se não é possível nos aproximarmos muito mais, a despeito das legítimas diferenças de cultura organizacional e funcional.

22. Diante de uma política econômica que pretende reduzir o déficit nominal até zero nos próximos anos, cujo resultado demanda um tremendo esforço fiscal, o ímpeto e a capacidade da administração tributária serão desafiados como jamais o foram desde os anos 30.

5

23. Agora, peço-lhes muita atenção. Não para comigo; com o País!

24. A crise sistêmica no sistema do capital - que eclodiu no epicentro da mais poderosa economia do planeta - começou com caos imobiliário norte-americano, atingiu o conjunto do sistema financeiro global e já avança sobre a economia real.

25. Tal situação exigirá do organismo estatal, e de todos nós, servidores de Estado do Fisco, respostas suficientes, precisas e adequadas. O país dependerá do acerto delas. O nosso povo, também!

26. Da eficácia da nossa resposta podem depender os empregos de milhares de trabalhadores e o equilíbrio macroeconômico.

27. Não estamos diante de mais uma crise. Estamos diante de uma crise sistêmica! Uma crise que obrigou o mundo desenvolvido a estatizar a maior parte do setor bancário. Algo que há pouco tempo, ninguém podia imaginar

28. Não existem facilidades no manual de enfrentamento da crise sistêmica! Não vou pedir-lhes, como o mais conhecido primeiro-ministro do Parlamento inglês, "sangue, suor e lágrimas. Não tenho esse direito. Mas peço-lhes, que meditem sobre a gravíssima conjuntura, e não deixem de considerá-la, quando as decisões capazes de impactar a Casa tiverem de ser tomadas.

29. O nosso desafio central na tributação é não violar os princípios constitucionais. Examinar as bases da arrecadação, sempre edulcoradas com a "retórica do pragmatismo".

30. Devemos aos contribuintes e cidadãos, o escrúpulo no tratamento do princípio da capacidade contributiva.

31. Nesse sentido, recentemente, pretendemos fixar celebrar convênio inédito com o IPEA, hoje presidido pelo economista Márcio Pochmann, para colaborar na avaliação da tributação com a lupa de instrumento para o desenvolvimento. Um Seminário sobre o tema “A tributação e o Desenvolvimento” será elaborado, conjuntamente, entre a RFB, a ESAF e o IPEA, brevemente.

6

32. Tudo isso demanda esforços. Daí ser necessário fazer subir de relevo a extraordinária capacidade, competência e comprometimento dos AFRFB com os valores republicanos e o país, para responder tais desafios. Isso somente será logrado com unidade e boa dose de motivação, a despeito das enormes dificuldades que temos.

33. Talvez, quando olharmos para trás, e vislumbramos este momento como passado, creio que cada um de nós, sem exceção, gostará de se lembrar desta conjuntura, com a íntima convicção que esteve à altura dela!

34. Sei que as lideranças sindicais, nos momentos mais difíceis, jamais faltaram ao seu país. O sindicalismo brasileiro e mundial comprova isso. Creio que este CONAF vai compreender o papel decisivo que pode exercer e influenciará outras unidades da federação e representações nacionais a encamparem o principal: o interesse coletivo.

35. O novo planejamento estratégico da SRFB vai demandar a participação da Casa, efetivamente. Tenho a vontade de produzir não uma união superficial, aparente, epidérmica, episódica, mas uma unidade indissolúvel e permanente, para construirmos um projeto distinto, que efetivamente atenda às reivindicações básicas das categorias e consagre o interesse público e nacional.

36. Não podemos, não devemos e não vamos nos distrair com a lógica do “eficientismo”, calcado em modismos gerenciais que isolam as avaliações individuais, sem compreender o resultado do

conjunto. Isso apenas conduz à fragmentação da organização e cria a possibilidade de discriminação dos direitos.

37. Outro modelo de avaliação é possível e desejo o Sindicato não apenas junto, mas mergulhado nesse processo de construção do novo.

7

38. A SRFB terá uma Divisão de Ética, distinta da Corregedoria, que estará subordinada ao Ministro da Fazenda, para dispor de ampla independência funcional para investigar a cúpula da SRFB, com autonomia plena, se for o caso. Creio que tal disposição responde aos anseios dos AFRFB, até porque foi objeto de uma tese aprovada no CONAF de Belo Horizonte, em 2002.

39. A nova Divisão de Ética estabelecerá uma orientação geral, inclusive aos administradores, no tocante à integridade da conduta profissional, combinada com o respeito aos comandos do artigo 37 da Carta de 88.

40. Vamos, portanto, ter à mão, instruções quando nos depararmos com situações de conflitos de interesse entre o público e o privado. Saberemos proceder com a conduta funcional recomendável.

41. O Sindicato será convidado a participar da discussão e elaboração do Código de Ética e de Conduta.

42. Exatamente porque sei que amanhã os nossos especialistas vão tratar da ADUANA - que é o tema emblemático deste evento - vou tão somente pincelar as grandes linhas da nossa visão sobre dimensão tão relevante e estratégica da nossa Administração Tributária.

A Aduana deve ser concebida como órgão de Estado.

Neste sentido, é necessário que seus objetivos, sua função social, funcional, fiscal, e seu papel institucional estejam muito claros, de modo a se resgatar a noção de limites no trato da coisa pública, com a percepção clara do interesse público em cada ação desenvolvida.

8

43. Não há dúvida quanto à relevância do papel que desempenha a Administração Aduaneira ao viabilizar o Sistema de Comércio Exterior do Brasil e auxiliar o desenvolvimento.

44. Poder-se-ia dizer ainda mais.

A Administração Tributária, inclusive a Aduaneira, deve buscar a maior legitimidade social possível, por intermédio da Educação Fiscal, conferindo ao cidadão a capacidade de compreender as dimensões da receita e do gasto públicos.

A Aduana desempenha, portanto, um papel estratégico importantíssimo na organização do Estado.

45. As forças do mercado tendem a buscar uma ordem de maior desregulamentação, porém é o interesse público que deve prevalecer.

O Estado tem de exercitar o papel de regulador e controlador dos fluxos comerciais.

A proteção do interesse público deve, assim, pautar o marco regulatório aduaneiro.

46. A nova estrutura organizacional apresentada à casa, com a criação da Subsecretaria de Aduana e de Assuntos Internacionais, traz a concepção de integrar as atividades aduaneiras, sob um mesmo comando sistêmico. Assim fortalecemos a Aduana, dando-se melhores condições de implementar o que chamamos de Aduana Integral, que consiga e atuar sobre o fluxo internacional em qualquer parte do território nacional, e não apenas nos recintos de zona primária, antes, durante e depois do momento da importação ou exportação.

9

47. Uma **maior integração com os diversos órgãos públicos** que interagem no comércio internacional, convênios com secretarias de fazenda estaduais e municipais, com o Ministério Público, com as Polícias Federal e Estaduais, e com outras Aduanas, são formas de melhorar a capacidade operacional da Aduana em todo o Território Nacional.

Neste contexto, reside **a necessidade de se delinear o papel do AFRFB**, de modo a dar concretude às idéias.

Será o AFRFB na sua prática profissional que poderá exercer o seu papel estratégico de Servidor de Estado, dando forma concreta à proteção do interesse público, subjacente à Aduana e ao conjunto da Administração Tributária.

48. Por fim, venho JUNTAR minha esperança à esperança de todos neste CONAF. Sei também que os aqui presentes, oriundos de gerações distintas, todos embalamos o sonho de uma SRFB para o Brasil, e que essa Receita seja a Receita do povo brasileiro.

49. Uma Receita onde os AFRFB não tenham medo de dizerem o que pensam porque poderiam ser discriminados.

50. Em homenagem à memória do Doutor Ulysses, vou tomar emprestada a sua frase, com que encerrou o memorável discurso de promulgação da Constituição Cidadã, 20 anos atrás: *“A NAÇÃO QUER MUDAR, A NAÇÃO DEVE MUDAR, A NAÇÃO VAI MUDAR”*.

51. Creio que a luminosidade dessa frase vem de longe e está dentro de cada um de vocês. Eu gostaria de ser a Secretária lembrada, quando não mais estiver no meu posto, por ter feito o possível para que essa luz brilhasse intensamente.

52. Muito Obrigada!